

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 150 – 08/06 à 12/06/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Aposentado especial que volta a trabalhar em atividade nociva à saúde perde direito ao benefício](#)

Supremo Tribunal Federal - 09/06/2020

Por maioria de votos (7x4), o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o trabalhador que recebe aposentadoria especial não tem direito à continuidade do recebimento do benefício quando continua ou volta a trabalhar em atividade nociva à saúde, ainda que diferente da que ensejou o pedido de aposentação precoce. A decisão foi tomada na sessão virtual do Plenário encerrada na última sexta-feira (5), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 791961, com repercussão geral ([Tema 709](#)).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF prorroga suspensão de prazos de processos físicos até 1º de julho](#)

Supremo Tribunal Federal - 12/06/2020

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, determinou a prorrogação, até 1º de julho, da suspensão dos prazos processuais de processos físicos. A providência foi adotada por meio da Resolução 686/2020, publicada em edição extra do Diário de Justiça Eletrônico (DJe) da última quarta-feira (10/6). Nos termos da Resolução 670/2020, a suspensão não afeta a apreciação de medidas liminares e de antecipação de tutela de qualquer natureza, dos pedidos de concessão de liberdade provisória, imposição e substituição de medidas cautelares diversas da prisão e de outros atos necessários à preservação de direitos e de natureza urgente nos processos físicos.

[Especialistas acreditam que o trabalho infantil no Brasil pode aumentar como reflexo da pandemia do coronavírus](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/06/2020

Ainda são incertas as consequências de um mundo pós-pandemia da Covid-19, mas alguns especialistas são unânimes ao concordar que a crise econômica e social deve agravar ainda mais a situação de crianças e adolescentes que são obrigados a trabalhar no Brasil e em outros vários países do mundo. As conclusões surgiram, nesta sexta-feira (12/6), durante a transmissão do webinar “Covid-19: Agora mais do que nunca, protejam crianças e adolescentes do trabalho infantil” no canal oficial do Tribunal Superior do Trabalho (TST) no YouTube.

[‘Ônus da Prova no Direito do Trabalho’ é o tema do mês da Biblioteca Délio Maranhão](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/06/2020

Entre os meses de junho e julho, a Biblioteca Délio Maranhão oferecerá artigos e trechos

de livros sobre 'Ônus da Prova no Direito do Trabalho'. Os interessados devem preencher um [formulário específico](#) na página da unidade e solicitar o envio das informações.

[Quarta Turma afasta precedentes da SDI-1 sobre uso de logomarca em razão da reforma trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/06/2020

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho entendeu que a Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) deve prevalecer à jurisprudência do TST, se esta tiver sido pacificada sem base legal específica, mas apenas em princípios. Em caso analisado nesta terça-feira (9/6), que versava sobre recurso de um empregado da Dalnorde Comércio, Importação e Exportação de Alimentos Ltda. para o pagamento de indenização por danos morais pelo uso de uniforme com logomarcas de fornecedores, prevaleceu o voto do ministro Ives Gandra, no sentido de que a jurisprudência do TST sobre o tema foi calcada exclusivamente em princípio, não gerando assim, direito adquirido ante a reforma trabalhista.

[Sentença é anulada porque empresa não pôde juntar documentos em audiência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/06/2020

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho anulou sentença proferida pelo juízo da 8ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP) pela qual o Consórcio Condomínio Shopping Metro Tucuruvi havia sido condenado a pagar horas extras a um empregado. O shopping alegou ter sido impedido de juntar documentos durante a audiência, o que, segundo os ministros, poderia ser feito até o encerramento da instrução processual.



Notícias do Executivo

[Superintendência do Trabalho/SP orienta sete mil empresas no enfrentamento à Covid-19](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 12/06/2020

Cerca de sete mil empresas do estado de São Paulo estão sendo contatadas pelos auditores-fiscais da Superintendência Regional do Trabalho-SP, órgão vinculado ao Ministério da Economia, por meio do envio de orientações gerais e fiscalizações setoriais, dando continuidade ao enfrentamento à pandemia da Covid-19. Os contatos incluem esclarecimentos aos empregadores sobre a Medida Provisória nº 936/2020, que criou o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm). Empresas de diversos setores de atividade, como telesserviços, frigoríficos, construção civil, supermercado, postos de combustíveis, estabelecimentos de saúde e agronegócios, estão recebendo Termos de Orientação (TO) e Notificações para Apresentação de Documentos (NAD).

[Campanha “Denuncie o Trabalho Infantil” marca data nacional de conscientização](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 12/06/2020

Como forma de conscientizar e marcar o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), órgão da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (Seprt-ME), lançou a campanha nas redes sociais “Denuncie o Trabalho Infantil”. Informativa, ela vai explicar quais são as formas mais comuns de trabalho infantil e reforçar os canais de denúncia.

[Em live no YouTube, especialistas destacam importância do PGR na prevenção de acidentes](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 12/06/2020

Com quase 8 mil visualizações, a live da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Canpat) 2020 atingiu seu objetivo: esclarecer as dúvidas sobre o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), apresentar as ações da Inspeção do Trabalho durante

a pandemia e a modernização da Inspeção do Trabalho no mundo.

[Pedidos de seguro-desemprego aumentaram 12,4% no acumulado de janeiro a maio de 2020](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 09/06/2020

No acumulado de janeiro até maio de 2020, foram contabilizados 3.297.396 pedidos de seguro-desemprego, na modalidade trabalhador formal. O número representa um aumento de 12,4% em comparação com o acumulado no mesmo período de 2019 (2.933.894).

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Resolução estabelece protocolo para diagnóstico e atendimento de expostos ao amianto em todo o estado de São Paulo](#)

Ministério Público do Trabalho - 12/06/2020

A Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo publicou no Diário Oficial uma Resolução da Diretoria do Centro de Vigilância Sanitária, que estabelece um protocolo de atendimento nas unidades públicas de saúde, em todo o território paulista, voltado aos trabalhadores expostos ao amianto. A medida, inédita no país, tem como objetivo direcionar o atendimento, diagnóstico e vigilância da exposição e das doenças relacionadas ao mineral considerado nocivo à saúde humana pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

[Coronavírus: OIT quer maior atenção à criança e ao adolescente durante a pandemia](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 12/06/2020

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) quer maior atenção à criança e ao adolescente durante o período da pandemia do Covid-19, principalmente com engajamento das autoridades públicas. O alerta foi feito pela coordenadora do Programa de Princípios e Direitos Fundamentais da OIT, Maria Cláudia Falcão, em “live” transmitida, nesta quarta-feira (10/6) pelo canal do Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) no YouTube para otimizar a campanha nacional alusiva ao dia Mundial contra o Trabalho Infantil (12 de junho). A iniciativa é fruto de concertação assinada pelo MPT, Justiça do Trabalho, Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Fnpeti) e OIT que, neste ano, se uniram para uma campanha única e nacional sobre o tema. O mote da campanha é a necessidade de aumentar esforços de todos para lutar contra o trabalho infantil, mazela que tende a aumentar em razão da pandemia e crise global.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[MP 927 – Matéria continua na pauta da Câmara. Mais de 50 parceiros subscreveram Nota a Parlamentares](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 08/06/2020

A Medida Provisória – MP nº 927/2020 continua na pauta de votações da Câmara dos Deputados esta semana. Inicialmente está incluída na sessão da tarde desta terça-feira, 9 de junho. O relatório que será votado foi elaborado pelo deputado Celso Maldaner (MDB-SC), que já foi apresentado em diversas versões. No entendimento do SINAIT o conjunto do texto é prejudicial aos trabalhadores que passam por dificuldades neste cenário de pandemia da Covid-19 ao invés de ajudar a quem mais precisa.



Notícias do e-Social

[Cronograma: estado de calamidade adia entrada do 3º grupo de obrigados](#)

Portal eSocial - 10/06/2020

O estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 afetou as empresas do país sendo que algumas até tiveram suas atividades suspensas. Por isso, o calendário de obrigatoriedade do eSocial será alterado nos próximos dias. As empresas pertencentes ao 3º grupo de obrigados (empregador optante pelo Simples Nacional, empregador pessoa física - exceto doméstico, produtor rural PF e entidade sem fins lucrativos) iniciariam o envio dos eventos periódicos (folhas de pagamento) a partir de setembro deste ano, conforme calendário atual. Além delas, os órgãos públicos federais e as organizações internacionais (grupo 4) também começariam a fase 1 em setembro próximo.

[Recibo de Férias: liberada opção de impressão](#)

Portal eSocial - 09/06/2020

Com a edição da Medida Provisória nº 927/20, o eSocial teve de se adequar à nova legislação e foi ajustado para incluir as férias no recibo de salário. Nesse caso, o recibo à parte é desnecessário, já que os valores das férias saem junto do recibo de salário. Contudo, diversos empregadores que optaram pelo pagamento antecipado das férias estavam com dificuldades para gerar um recibo por conta própria. Dessa forma, o eSocial ajustou novamente a ferramenta com a possibilidade de emissão automática do recibo, conforme já antecipado em 02/06/2020.



Atos Normativos

[PORTARIA SEPRT Nº 13.699, DE 5 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 08/06/2020 Seção I Pág. 17) - Altera o § 1º e cria o § 4º do Artigo 4º da Portaria nº 10.486, de 22 de abril de 2019, para editar normas relativas ao processamento e pagamento do Benefício Emergencial de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. (Processo nº 19965.106085/2020-11);

[CIRCULAR CEF Nº 911, DE 5 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 08/06/2020 Seção I Pág. 25) - Divulga a publicação da versão 11 do Manual de Orientações Regularidade Empregador;

[PORTARIA RFB Nº 978, DE 8 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 09/06/2020 Seção I Pág. 17) - Dispõe sobre o fornecimento de informações para fins de análise para a concessão de créditos a microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), instituído pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020;

[CIRCULAR CEF Nº 912, DE 8 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 09/06/2020 Seção I Pág. 21) - Divulga versão atualizada dos Manuais de Fomento do Agente Operador do FGTS;

[RESOLUÇÃO CFO Nº 227, DE 5 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 09/06/2020 Seção I Pág. 94) - Revoga a Resolução CFO-92, de 20 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 141 de 11 de setembro de 2009;

[CIRCULAR CEF Nº 910, DE 8 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 10/06/2020 Seção I Pág. 63) - Publica a versão 12 do Manual de Movimentação da Conta Vinculada FGTS;

[LEI Nº 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 12/06/2020 Seção I Pág. 01) - Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19);

[LEI Nº 14.013, DE 10 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 12/06/2020 Seção I Pág. 05) - Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020; e dá outras providências;

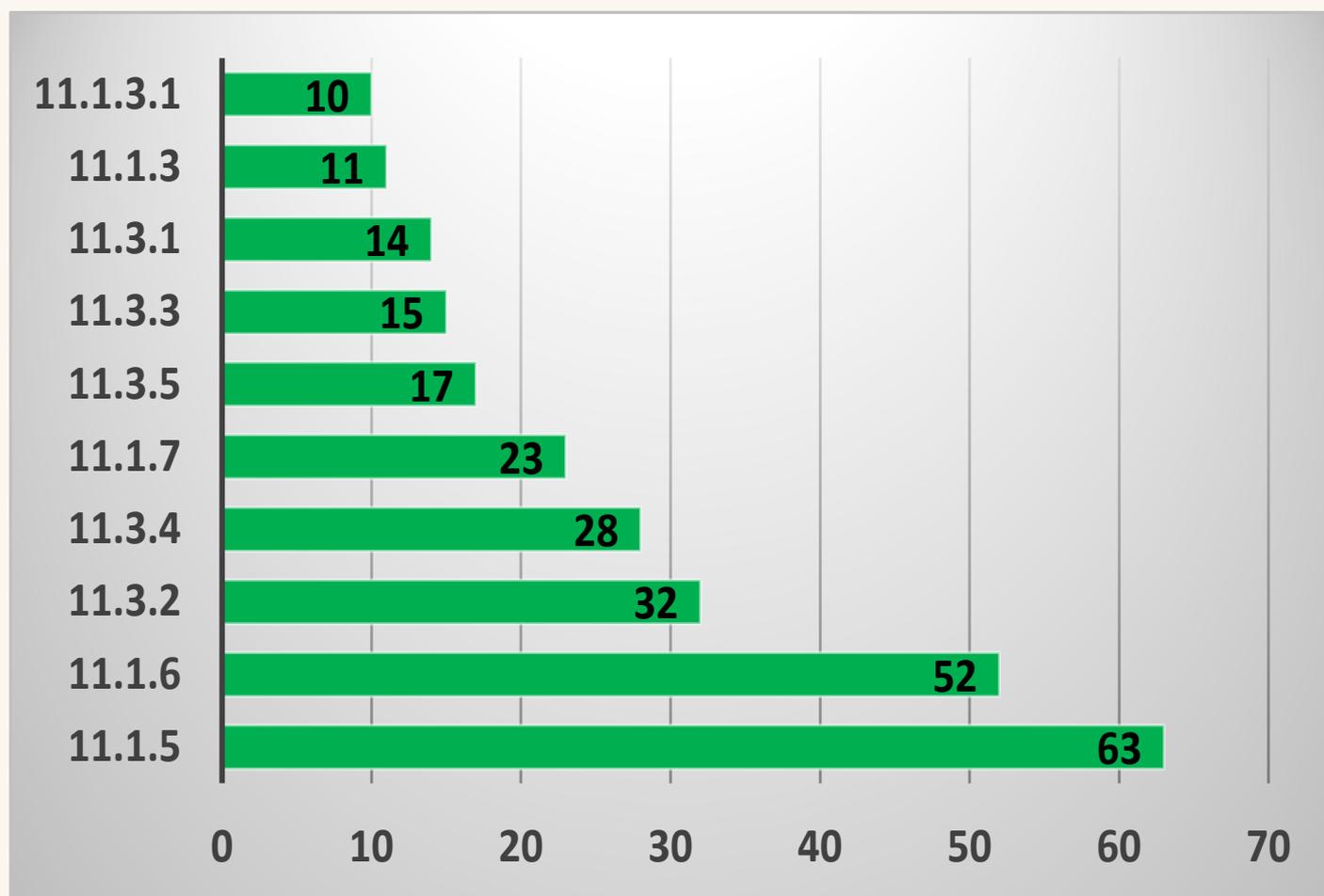
[MENSAGEM Nº 331, DE 10 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 12/06/2020 Seção I Pág. 09) - Que nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 1.179, de 2020, que “Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)”;

[PORTARIA PGU Nº 11, DE 8 DE JUNHO DE 2020](#) (DOU de 12/06/2020 Seção I Pág. 11) - Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral da União e de seus órgãos de execução, o procedimento de celebração de acordos destinados a encerrar, mediante negociação, ações judiciais ou a prevenir a propositura destas, relativamente a débitos da União;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais) mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Regularizado na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

11.1.5. Nos equipamentos de transporte, com força motriz própria, o operador deverá receber treinamento específico, dado pela empresa, que o habilitará nessa função.

11.1.6. Os operadores de equipamentos de transporte motorizado deverão ser habilitados e só poderão dirigir se durante o horário de trabalho portarem um cartão de identificação, com o nome e fotografia, em lugar visível.

11.3.2. O material armazenado deverá ser disposto de forma a evitar a obstrução de portas, equipamentos contra incêndio, saídas de emergências, etc.

11.3.4. A disposição da carga não deverá dificultar o trânsito, a iluminação, e o acesso às saídas de emergência.

11.1.7. Os equipamentos de transporte motorizados deverão possuir sinal de advertência sonora (buzina).

11.3.5. O armazenamento deverá obedecer aos requisitos de segurança especiais a cada tipo de material.

11.3.3. Material empilhado deverá ficar afastado das estruturas laterais do prédio a uma distância de pelo menos 0,50m (cinquenta centímetros).

11.3.1. O peso do material armazenado não poderá exceder a capacidade de carga calculada para o piso.

11.1.3. Os equipamentos utilizados na movimentação de materiais, tais como ascensores, elevadores de carga, guindastes, monta-carga, pontes-rolantes, talhas, empilhadeiras, guinchos, esteiras-rolantes, transportadores de diferentes tipos, serão calculados e construídos de maneira que ofereçam as necessárias garantias de resistência e segurança e conservados em perfeitas condições de trabalho.

11.1.3.1. Especial atenção será dada aos cabos de aço, cordas, correntes, roldanas e ganchos que deverão ser inspecionados, permanentemente, substituindo-se as suas partes defeituosas.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula